



Juventude do campo e comunicação: reflexões sobre a experiência extensão no IFCE – *campus Iguatu*

Evelyne Medeiros Pereira¹, Fábio Siebra Clementino², Kamila Silva Pires³, Sheila de Sousa Teodosio⁴

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a realidade dos Assentamentos da Região Centro-Sul do Estado do Ceará, focando no Assentamento Chico Mendes localizado no município de Icó, tendo como alvo as políticas de comunicação. A partir das atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão Juventude e Cooperação Agrícola: A Utilização das TIC's no fortalecimento da Agricultura Familiar, que está sendo desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, vinculado ao Ministério das Comunicações, onde através de visitas, pesquisas, mapeamentos e realização de capacitações, estamos tendo uma maior aproximação com o cotidiano desses jovens, além de compreender como a comunicação é importante para a garantia de direitos historicamente conquistados.

Palavras Chave: extensão, comunicação, juventude e direitos.

INTRODUÇÃO

Nossa análise tem como base as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão “Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TICs no fortalecimento da agricultura familiar” em assentamentos rurais do sertão centro-sul cearense, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus Iguatu*, em parceria com o Ministério das Comunicações.

Através dessas ações, caracterizadas por visitas, mapeamento, aplicação de questionários e capacitações, podemos conhecer melhor a realidade local, desde as condições geográficas às sócio-políticas. Em geral, as características da região não se distanciam das demais regiões semiáridas do estado, podendo se caracterizar no âmbito da produção pelo cultivo de feijão (em grão), milho (em grão), arroz (em casca), banana, algodão herbáceo (em caroço). As principais atividades desenvolvidas na região são próprias do setor de serviços e da agropecuária.

A população rural representa aproximadamente 50% da demografia local, segundo Perfil Básico Regional (2011) elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Sobre isto, destacamos que a parcela com faixa etária de 10 a 24 anos constitui a maior parte da população urbana e rural da região.

Os municípios que estão sendo contemplados pelo projeto de extensão são os seguintes: Acopiara, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Quixelô e, recentemente, Jucás. O principal indicador de escolha desses territórios foi o potencial prévio em relação a existência tanto de assentamentos rurais como de movimentos e organizações de trabalhadores e/ou de juventude.

De antemão, percebemos o quão são presentes as dificuldades nessas áreas que estão vinculadas diretamente a escassez no acesso às políticas públicas, desde a assistência técnica a saúde e educação, que garantam uma melhor qualidade de vida e auto sustentação dos “assentados”, o que

¹ Docente do Curso Bacharelado em Serviço Social – IFCE *campus Iguatu*, com mestrado em Serviço Social pela UFPE. E-mail: evelyne.mp2913@gmail.com

² Discente do Curso Tecnólogo em Irrigação e Drenagem – IFCE *campus Iguatu*. E-mail: fabiosiebra@ig.com.br

³ Discente do Curso Bacharelado em Serviço Social – IFCE *campus Iguatu*. E-mail: kamila_serip20@hotmail.com

⁴ Discente do Curso Bacharelado em Serviço Social – IFCE *campus Iguatu*. e-mail: sheilateodosio@hotmail.com

afeta principalmente os jovens, que acabam saindo dos assentamentos para buscar em outras cidades e até outras regiões do país melhores condições de vida.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,52% da população total do município de Icó é constituída de jovens de 15 a 29 anos que moram na zona rural. No entanto, esse número tende a cair cada vez mais, devido às condições acima citadas, fazendo com que o êxodo rural se torne cada vez mais presente na vida dos jovens. Como apresenta Abromovay (1998), em âmbito nacional, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem do campo, sendo o movimento migratório caracterizado pela forte concentração na faixa etária de 20 a 24 anos e no contingente feminino, representando 52% do total de migração jovem. Essa situação sobre o êxodo rural juvenil não difere da realidade local.

Sabendo da relevância do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), para o desenvolvimento local dos assentamentos e comunidades rurais e também do interesse dos jovens pelos novos aparelhos de comunicação e informação, o projeto de extensão em pauta tem como objetivo a capacitação de jovens, através de ações que promovam uma reflexão sobre a realidade do campo, a melhoria da qualidade de vida e convivência nos locais em que vivem.

Vale destacar que o projeto é composto por professoras e bolsistas e, para uma melhor organização das ações, foram divididos em subgrupos. Assim, centralizamos nossas reflexões, aqui presentes, na realidade dos territórios aos quais o grupo que fazemos parte teve maior aproximação nas visitas de campo, dentre esses o Assentamento Federal Chico Mendes, em Icó, priorizando o tema da comunicação nas áreas de reforma agrária.

1. O PROCESSO DE EXTENSÃO: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Como já citamos, nossas ações estão vinculadas ao projeto “Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar”, que está sendo desenvolvido pelo IFCE – *campus* Iguatu, tendo como foco a atuação junto aos jovens de assentamentos rurais. Isso no intuito de incentivar a organização e participação desses sujeitos tanto nos processos produtivos como organizativos das comunidades, viabilizando a construção de uma rede de jovens na região do sertão centro-sul cearense por intermédio do uso das TICs. Trata-se, portanto, de um projeto aprovado mediante abertura de edital, em 2011, pelo Ministério das Comunicações (MiniCom), Secretaria de Inclusão Digital (SID), e cooperação com IFCE, como parte da política de apoio à gestão e comercialização à agricultura familiar em consonância com a capacitação no uso das TICs para a juventude rural. É exatamente por entendermos que o fortalecimento da produção e comercialização na agricultura perpassa outros aspectos da vida nas comunidades rurais, a exemplo da organização e do acesso às políticas sociais, que está sendo fundamental o desenvolvimento de ações que extrapolam a concepção da agricultura apenas em sua condição econômica e produtiva.

O projeto é composto por docentes dos cursos de Bacharelado em Serviço Social, Licenciatura em Química e Técnico em Agropecuária, além de um analista em Tecnologia da Informação, e treze bolsistas dos cursos de Bacharelado em Serviço Social, Licenciatura em Química e Tecnologia em Irrigação e Drenagem do IFCE – *campus* Iguatu.

É importante destacar a oportunidade que nós, graduandos, estamos tendo, tanto em relação ao trabalho interdisciplinar que estamos realizando, quanto em relação à experiência de refletir sobre a realidade na qual desenvolveremos nossas práticas profissionais, buscando viabilizar o processo de extensão não apenas como um processo de “invasão cultural” (FREIRE, 1977) ou de imposição de nossas concepções aos demais, mas sim, tentando manter uma relação recíproca, de troca de saberes e experiências, tomando muito cuidado para não praticar o que Paulo Freire caracteriza como “assistencialismo educativo”, pois tal forma de extensionismo “impede que os ‘assistidos’ vejam, clara e criticamente a realidade” (p.80).

Para o desenvolvimento das ações do projeto, foi necessário, antes de tudo, conhecer e definir os municípios onde havia um maior potencial de organização de jovens em assentamentos rurais. Para isso, contamos com a contribuição das organizações que já atuam historicamente na região, nossos principais interlocutores, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Caritas Diocesana, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icó (STR) e a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Com isso foi possível à concretização da primeira etapa do projeto, que consistiu em uma aproximação da realidade, por meio de compilação de documentos e informações oficiais com

órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para o campo em âmbito municipal, estadual e federal (Prefeituras, IBGE, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará/IDACE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, etc); visitas aos assentamentos rurais e comunidades de pequenos agricultores organizadas; além da elaboração de um mapeamento geral da realidade encontrada, o que também tornou possível a delimitação do público-alvo das ações de extensão.

A segunda etapa do projeto, que ainda esta em andamento, consiste na capacitação dos jovens da região Centro-Sul, identificados com potencial organizativo. Estes provem de três assentamentos federais (Chico Mendes; Bom Lugar; Aleudo), localizados no município de Icó; dois estaduais (Umarizeira, no município de Ipaumirim, e Virador, no município de Acopiara); além de duas comunidades de pequenos agricultores (Várzea Redonda, localizada no município de Quixelô, e Minador, distrito de Jucás).

É importante destacar, que estas capacitações têm como objetivo fazer dos jovens sujeitos do conhecimento e da ação, e não apenas receptores neste processo, ressaltando a importância de que a comunicação entre os instrutores das formações e os jovens seja uma relação de reciprocidade, para que exista assim “o acordo entre os sujeitos reciprocamente comunicantes” (FREIRE, 1977, p.67). Acordo este de suma importância dentro do processo de extensão.

As capacitações estão ocorrendo tendo como referência a *pedagogia da alternância* (CALDART, 2004), priorizando dois momentos na formação destes jovens: o “tempo escola” e o “tempo comunidade”. O “tempo escola” vem acontecendo mensalmente onde priorizamos formações com temas voltados para o objetivo geral do projeto, tais como “Questão agrária no Brasil e os desafios para a juventude do campo”; “Cooperação Agrícola e Gestão Coletiva”; e “Comunicação Popular e Juventude” e ainda temos prevista uma formação dentro da temática das TIC’S que ocorrerá no início do mês de setembro deste ano. Simultaneamente a essas ações, os bolsistas e docentes têm garantido a realização das atividades do “tempo comunidade” por meio de visitas aos assentamentos e comunidades para a orientação dos jovens em suas localidades. É importante ressaltar que estas atividades são orientadas pelas temáticas do “tempo escola”.

A terceira etapa, que ainda não teve início, terá como objetivo a criação de uma “rede de jovens” na região Centro-Sul, por intermédio das TICs, com o intuito de desenvolver ações permanentes em parceria com o IFCE, visando fortalecer a organização produtiva e atuação política principalmente na área da cooperação agrícola, além da promoção de seminários e vivências, feiras comunitárias, construção e publicação de cartilhas.

2. REFORMA AGRÁRIA E COMUNICAÇÃO: ASPECTOS DA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SERTÃO CENTRO-SUL CEARENSE

No Brasil, a primeira forma de distribuição de terras foi empregada pela Coroa portuguesa através do sistema de capitâneas hereditárias. Estas eram grandes extensões de terras dadas a donatários que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviço da Coroa. Estes possuíam o direito de repartir e distribuir essas porções de terras, e aqueles que recebessem tinham que ter recurso para explorá-las.

Podemos notar, que desde colônia o Brasil é caracterizado pela concentração de terras nas “mãos” de poucos, e que, no decorrer dos anos, só foi se modificando a forma como estas propriedades foram adquiridas. Em contraponto, a população excluída desse processo vem reivindicando por direitos assegurados nas leis que regem o país. A principal reivindicação dos trabalhadores rurais tem sido a reforma agrária. Segundo a Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra), de 30-11-64, art. 1º, & 1º, “considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

O Estatuto da Terra até hoje não teve uma aplicação de fato concreta. As estruturas existentes, o poder político mantido pelos grandes proprietários e empresas transnacionais, resistem e impedem as mudanças. É importante destacar que a reforma agrária vai muito além da distribuição de terras, é necessário também garantir a permanência da população beneficiada assegurando outros direitos básicos como, por exemplo: educação e saúde.

No entanto, a realidade é bem diferente. Nos assentamentos com os quais o projeto tem trabalhado, percebemos a falta e precariedade de políticas em diversas áreas. Como nosso foco é a

comunicação, traçaremos um perfil básico de como estão se dando as políticas e programas nesta área, na realidade na qual estamos desenvolvendo nossos trabalhos.

2.1. A COMUNICAÇÃO QUE TEMOS E A QUE QUEREMOS

Na sociedade contemporânea a presença das TICs é marcante e de fundamental relevância para o desenvolvimento tanto econômico como também social. A juventude tem sido historicamente o segmento da sociedade mais interessado nessas tecnologias, daí a importância do projeto de extensão ter esse público como foco.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet (2010), sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil, em 2009,

39% da população brasileira com mais 10 anos de idade é usuária de internet, ou seja, 63,9 milhões de brasileiros. (...) O telefone celular atingiu cerca de 78% da População Brasileira, a TV por assinatura passou de 7% para 10% na área urbana e a parabólica saltou de 20% para 26% no mesmo período”. (...) Nas regiões Sul e Sudeste 45% da população tem acesso à internet, enquanto que em regiões menos favorecidas economicamente como Norte e Nordeste, apenas 30% da população tem acesso à internet. Contudo, o acesso e uso da rede concentram-se em parcelas da população com maior poder aquisitivo, maior nível educacional, vivendo em áreas Urbanas e em geral mais jovens.

Na sociedade em que vivemos os meios de comunicações são de extrema importância, pois nos encontramos na “era da tecnologia” onde as informações percorrem o mundo em minutos e quem não tem acesso a esses meios são excluídos pela sociedade. Assim, segundo Ribas e Zivani (2008), as TICs constituem poderosos instrumentos de visões simbólicas do mundo e alcançam diferentes esferas da sociedade, porém trazem o paradoxo de ser a sociedade da informação, com desigualdades espaciais no acesso, pois, a maioria da população é excluída desse direito que é a comunicação. Percebe-se que o Brasil tem “mais de 190 milhões de habitantes” (IBGE – 2010), desses apenas pouco “mais de 18 milhões de lares urbanos brasileiros possuem um computador para uso familiar atualmente e, desse total, 13,5 milhões acessam a Internet” (CGI.br, 2010, p.19).

De acordo com a tabulação dos dados dos questionários realizados com 36 jovens acompanhados pelo projeto, apenas 22% do total possuem computador. Desse total, 64% tem acesso à internet de diferentes meios como em casa, no celular, na escola e em *lanhouse*. Destes, 66% usam o computador tendo como finalidade a comunicação, a exemplo das redes sociais.

Trazendo para a realidade do assentamento, podemos inferir a partir da análise do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes (PDA), da tabulação dos dados de questionários realizados com os jovens de assentamentos e comunidades da região centro-sul do Ceará e dos relatórios das visitas de campo, como se dá a comunicação dentro dos assentamentos, que não é diferente da realidade brasileira.

Segundo o documento, em 2003 o assentamento não dispunha de telefone público. A comunicação se dava através do rádio, aparelho que quase todas as famílias possuem. “A maioria também dispunha de aparelho de televisão” (p.23). Porém podemos dizer que há uma pequena divergência da época que esse PDA foi feito com a realidade atual, pois hoje, de acordo com as visitas realizadas e à aplicação dos questionários, podemos perceber que os mesmos já dispõem de telefones celulares, apesar do sinal ser muito ruim e uma pequena minoria tem acesso à internet de péssima qualidade. Em uma visita realizada ao assentamento no dia 08 de fevereiro do ano de 2012, fomos informados que a comunicação interna, segundo o senhor José Alberto Tubias, conhecido por “Dedé”, que hoje é ex-membro da coordenação do assentamento, é feita por meio de assembleias que são realizadas quinzenalmente com todos os “assentados”.

O assentamento também dispõe de um espaço de comunicação virtual como é o caso do *site* oficial da comunidade (<http://www.assentamentochicomendes.com>) que traz informações sobre a criação do assentamento, organização, fotos e de artigos relacionados à temática do campo.

Vale destacar que o governo brasileiro tem alguns programas voltados para a Inclusão Digital visando a democratização da comunicação e o acesso à informações. Dentre eles o projeto Territórios

Digitais, criado em 2008, desenvolvido pelo Instituto Agropólos⁵ e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como objetivo oferecer gratuitamente o acesso à informática e internet para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais.

Segundo o portal do MDA, os Territórios Digitais, visam contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar. Esse Ministério entende que prover cidadania para o meio rural requer, incondicionalmente, a integração das tecnologias de informação e comunicação disponíveis a todos. A ideia central é garantir ao público alvo – “assentados/as”, agricultor/a familiar, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas - a universalização do acesso às TICs e à rede mundial de computadores.

Apesar da existência de programas e projetos de “inclusão digital” no Brasil, é importante fazer a comparação entre as distintas realidades. Nesse sentido, olhando para o campo, nenhum dos programas citados, ou outros que possam existir, beneficiam os assentamentos com os quais o projeto de extensão tem trabalhado. O acesso à internet e até mesmo a telefonia móvel e fixa é muito precário.

A primeira dificuldade começa com as secretarias do próprio município, no caso do Icó. Segundo os próprios jovens dos assentamentos, as ações desses órgãos não atingem toda a juventude rural. Políticas públicas nas áreas de educação, assistência, saúde e lazer, estão presentes, mas, de maneira muito precarizada nos assentamentos, no entanto não há nenhuma política pública do município que os beneficie na área da comunicação e/ou informação.

Em contrapartida, alguns movimentos sociais têm desenvolvido por conta própria ferramentas para uma melhor comunicação nos assentamentos. O MST, por exemplo, tem desenvolvido ações e disputado projetos no âmbito da comunicação, mais precisamente em relação às rádios comunitárias. Hoje no Brasil 90,2%⁶ dos domicílios possuem rádio, isto é possível, pois este tem alcance em regiões do interior do país, aonde a eletricidade, o telefone e outras formas de comunicação são pouco desenvolvidas ou sequer estão presentes.

De acordo com MST, no artigo intitulado “Sem Terra avançam na luta pela comunicação popular no Ceará”⁷ algumas importantes iniciativas estão sendo desenvolvidas como a inauguração, em 2007, da primeira rádio comunitária no Assentamento 25 de Maio, localizado no município de Madalena, Ceará. Outro projeto desenvolvido dentro dos assentamentos foi o “Cinema da Terra Arte Cultura nos Assentamentos de Reforma Agrária”, por intermédio da Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), em parceria com o Banco do Nordeste e teve como objetivo possibilitar o acesso à cultura cinematográfica, levar diversão e debates sobre temas relevantes da sociedade”⁸. Para os trabalhadores, em especial os organizados nos movimentos sociais, os meios de comunicação são poderosas ferramentas de organização, educação, formação e de desenvolvimento social e cultural.

A dificuldade de acesso e a distância do centro da cidade ao assentamento parecem ser outro grande empecilho, entretanto os trabalhadores, junto aos movimentos sociais, vem se articulando na busca por estratégias para comunicar-se e levar informação à sociedade, tendo como subsídio a comunicação popular.

Para melhor conhecer a comunicação nessa perspectiva, recorremos a Peruzzo (2006) que traz a comunicação popular como uma estratégia para a participação democrática na busca por melhores condições de vida. Para a mesma, a comunicação popular com seu conteúdo crítico-emancipador e reivindicatório, além de fazer do povo protagonista de sua história, acaba fazendo da comunicação um grande instrumento político. Trata-se, portanto, de um processo educativo “[...] das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2006, p. 04).

Conforme a autora, “a comunicação popular emerge quando os sujeitos ou movimentos sociais buscam romper com os espaços hegemônicos de comunicação” (Idem, 1998), onde estes são impulsionados pelas condições adversas impostas pela sociedade capitalista. Assim, por exemplo, a história da comunicação dentro do MST concretiza-se como expressão alternativa diante dos meios de

⁵ A ONG Instituto Agropólos atua há uma década no Ceará promovendo ações de desenvolvimento rural sustentável, tanto no agronegócio como na agricultura familiar.

⁶ Disponível em: <http://www.microfone.jor.br/saiba.htm> (acesso em 13/07/2012)

⁷ Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 13/07/2012.

⁸ Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 13/07/2012.

comunicação hegemônicos, potencializando e desenvolvendo alguns instrumentos de comunicação próprios do Movimento, como as rádios, jornais (Jornal Sem Terra), *sites*, revistas, etc.

Essas iniciativas, mesmo diante de toda a falta de políticas públicas estruturantes na área da comunicação para as classes subalternas, já que o monopólio dos meios de comunicação no país, dirigido por cerca de sete famílias, impede sua democratização, representam possibilidades de organização e resistência nas áreas de reforma agrária. Isso muito embora ainda não tenha a devida repercussão nos territórios acompanhados pelo Projeto em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossas ações, podemos perceber que vários condicionantes incidem diretamente na vida dos jovens que vivem em assentamentos e/ou comunidades rurais. Além da falta de políticas públicas em diversas áreas, como saúde e educação, que são primordiais, não há nenhuma política que vise à comunicação e o acesso à informação pelos jovens nessas áreas.

Percebemos assim uma série de contradições na política de reforma agrária em nosso país que apontam para limites, como também possibilidades. Entretanto, as dificuldades apresentando-se com maior expressão, incidindo de forma desfavorável nas condições de convivência no campo, em especial sob o público juvenil. Vale dizer que estes condicionantes interferem diretamente nas altas taxas de êxodo rural no campo, pois tal realidade não difere da realidade do restante do Brasil.

A comunicação é um direito, que como tantos outros, não está sendo totalmente garantido a muitos em nosso país. É importante destacar que a comunicação como uma ação recíproca é quase inviabilizada na realidade com a qual temos desenvolvido nossas ações, pois como pode haver comunicação e troca de informações em realidades em que sequer há educação e saúde de qualidade?

Infelizmente é esta a realidade de muitos lugares em nosso país. As políticas públicas desenvolvidas em diversas áreas pelos governos, não tem uma atuação abrangente, não contemplam a todos que delas necessitam, principalmente no campo, o que acaba engrossando as fileiras daqueles que, muitas vezes sem condições de escolha, migram em busca emprego e melhores condições de vida para as cidades sedes dos municípios ou para os grandes centros urbanos, principalmente na região sudeste, na maioria dos casos para trabalhar em condições informais caracterizadas por grande exploração, e em condições bastante precárias.

Em contraponto, a partir de nossas ações, percebemos o quanto a comunicação é sinônimo da luta pela garantia de direitos. A partir da comunicação, se torna possível à organização dos movimentos sociais, na luta contra as condições de desigualdades e exclusão, impostas pela sociedade capitalista. “É fundamental que a comunicação desenvolva um papel mobilizador, organizador, agitador, propagandeador, educativo, formativo, nesta grande luta de classes” (MST, 2010). Assim a comunicação, como uma relação de reciprocidade, faz com que vozes antes silenciadas e esquecidas, cheguem a diversos receptores, fortalecendo a luta por condições dignas de vida, onde não seja necessário abandonar o campo, e ir para a cidade, mas ter condições de escolhas, de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>, acessado em 06/08/2012.

MST, 2010. **Manual de redação para os veículos do MST**. 2010.

MST. **Sem Terra avançam na luta pela comunicação popular no Ceará**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/Sem-Terras-avancam-na-luta-pela-comunicacao-popular-no-Ceara>>, acessado em 18 de Julho de 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RIBAS, Cláudia S. da C.; ZIVIANI, Paula. **Redes de informação: novas relações sociais** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. vol. X, n. 1, enero – abr. / 2008.

_____. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”. Anais... Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

CGI. Pesquisa sobre **o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**, 2005-2009, [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa; tradução, Karen Brito]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

PDA. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Chico Mendes**. INCRA, 2003.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0>, acessado em 13/07/2012.